

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 85, DE 2015

Altera os incisos I e II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, para estabelecer novo critério de distribuição do produto da arrecadação, pertencente aos Municípios, do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os incisos I e II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 158.**.....

.....

I - cinquenta por cento, proporcionalmente ao valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - cinquenta por cento, de acordo com o que dispuser lei estadual, ou no caso dos Territórios, lei federal." (NR)

Art. 2º O disposto nos incisos I e II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal será cumprido progressivamente em dez exercícios financeiros subsequentes ao da promulgação desta Emenda Constitucional, com a incorporação da diferença entre os índices

resultantes dos novos critérios e dos anteriormente vigentes à razão de dez por cento em cada exercício financeiro.

Parágrafo único. Inexistindo alteração das leis estaduais vigentes, os percentuais pertencentes a cada Município serão alterados anualmente de maneira proporcional, observando-se as variações anuais dos percentuais de cada um dos referidos incisos I e II bem como a participação relativa dos Municípios nos recursos distribuídos por esses incisos.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Passados vinte e seis anos da publicação de nossa Lei Maior Federal, ainda não se alterou o critério de distribuição aos municípios da cota-parte do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS). O critério atualmente vigente, ao priorizar a distribuição dos recursos com base no valor adicionado fiscal, beneficia os municípios mais dinâmicos economicamente. Particularmente, no caso das regiões metropolitanas, observa-se a concentração de recursos financeiros nas capitais estaduais em detrimento das municipalidades vizinhas, que, em geral, comportam-se como cidades-dormitório, as quais arcam com a prestação de vários serviços públicos sem a fonte adequada de recursos financeiros.

Com esta Proposta de Emenda à Constituição, os recursos da cota-parte do ICMS serão divididos igualmente segundo o critério do valor adicionado e o da regulamentação instituída por lei estadual, isto é, a redução da distribuição de 25% (vinte e cinco por cento) da cota-parte segundo o critério do valor adicionado duplicará o percentual a ser distribuído segundo os critérios da lei estadual. Como dentro de cada estado existe uma realidade diferente para os municípios, em termos de nível de renda per capita e indicadores sociais, é melhor cada estado definir os critérios que melhor atendam os seus próprios municípios.

Deve ser ressaltado que esta modificação da Constituição Federal objetiva descentralizar parte da distribuição da cota-parte do ICMS



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

sem diminuir a autonomia estadual, que, na prática, será reforçada. Seria inconveniente que a Carta Magna trouxesse uma regra única destinada à totalidade dos municípios. Além disso, como a presente proposição legislativa acarretará ganhos e perdas para municípios distintos, há a previsão de uma regra de transição de dez anos para suavizar as perdas dos municípios. Por essas razões, contamos com o apoio dos nossos Pares para esta proposição.

Sala das Sessões,

Senadora ANA AMÉLIA



SF/15922.32198-34

Página: 3/8 17/06/2015 11:03:06

19dcc230a253c366ea2159217b5a1e72a3b3ed7a





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

PEC altera os incisos I e II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, para estabelecer novo critério de distribuição do produto da arrecadação, pertencente aos Municípios, do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
1. LASIER	
2. Domenezi Nogueira	
3. BRUNO MAGGI	
4. Leob R. Pires	
5. Antonio Anastasia	
6. Jader Barbalho	
7. ACV	
8. RANDOLFE RODRIGUES	
9. REGUFFE	
10. GARIBALDI ALVES FILHO	
11. DOUGLAS CILIANA	
12. SERGIO PETECÃO	



SF/15922.32198-34

Página: 4/8 17/06/2015 11:03:06

19dcc230a253c366ea2159217b5a1e72a3b3ed7a





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

PEC altera os incisos I e II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, para estabelecer novo critério de distribuição do produto da arrecadação, pertencente aos Municípios, do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
13. ELMÁNDO FÉRTER	
14. CRISTOVAN	
15. JOSE MEDeiros	
16. RICHARDO	
17. E. LOBATO	
18. SOMÉ CAPIBERIBE	
19. FLEXA RIBEIRO	
20. ROBERTO REQUINAO	
21. I CO/CASSOL	
22. DAVI ALCUMBRE	
23. LÍDICE DA MATA	
24. OMAR	



SF/15922.32198-34

Página: 5/8 17/06/2015 11:03:06

19dcc230a253c366ea2159217b5a1e72a3b3ed7a





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

PEC altera os incisos I e II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, para estabelecer novo critério de distribuição do produto da arrecadação, pertencente aos Municípios, do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
25. WALTER PINHEIRO	
26. VANESSA GRAZZIOTIN	
27. WILSEANIR MORA	
28. BERIKO MAGGI	
29. PAULO PAIM.	
30. HÉLIO JOSÉ	
31.	
32.	



SF/15922.32198-34

Página: 6/8 17/06/2015 11:03:06

19dcc230a253c366ea2159217b5a1e72a3b3ed7a



LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Subseção II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituïrem e mantiverem;

II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

III - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)